



MENSAGEM Nº 007/2021 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021.

**ILMO. SR.
ALDAIR TELES DA SILVA
DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
RIO BONITO DO IGUAÇU – PR.**

Senhor Presidente:

Tem esta a finalidade de submeter a elevada apreciação dos Nobres Pares, o **Projeto de Lei nº 007/2021**, que institui o Programa de Recuperação Fiscal de Rio Bonito do Iguaçu – REFIS 2021.

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei tem por objetivo ampliar as condições para os contribuintes inadimplentes, regularizarem débitos tributários ou não tributários.

O REFIS tem como objetivo principal proporcionar aos cofres públicos a entrada de valores representativos de débitos tributários dos contribuintes, aumentando, conseqüentemente, as suas arrecadações, ou seja, o interesse consiste em aumentar o fluxo monetário dos caixas governamentais.

Por outro lado, proporciona uma possibilidade de acerto da situação tributária dos contribuintes perante os órgãos municipais, os quais podem optar entre o pagamento a vista ou por parcelas fixas divididas em 10 (dez) meses.

Além disso, como é de conhecimento dos Senhores Vereadores, para a população beneficiar-se com os programas municipais, especialmene os incentivos agrícolas, um dos requisitos é possuir a CND emitida por meio do Departamento de Tributação e Fiscalização da Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu, requisito este que pode impedir o enquadramento das pessoas nos programas municipais.

No entanto, considerando as dificuldades dos contribuintes em quitar tributos municipais e/ou dívidas agropecuárias realizadas, entendemos que é necessário propor aos cidadãos inadimplentes o benefício do parcelamento das dívidas, e regularização dos débitos junto a Municipalidade, permitindo a adesão a novos programas municipais.

Portanto, diante das dificuldade enfrentadas pela população em geral, solicitamos aprovação da presente proposta, criando possibilidades para os munícipes paguem suas dívidas para participarem de novos programas municipais, proporcionando condições para quitarem suas dívidas.

Ressaltamos ainda, que a cobrança dos tributos municipais, é determinado pelo Código Tributário Municipal bem como também uma determinação do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, o qual exige para que sejam cobrados os tributos e dívidas de programas municipais, inclusive judicialmente quando não quitado de acordo com o vencimento, entretanto, gostaríamos de criar nova possibilidade de renegociar com os contribuintes inadimplentes.

Diante da importância do presente Projeto, contamos com parecer favorável dos nobres Pares.

Rio Bonito do Iguaçu/PR., em 11de fevereiro de 2021.

SEZAR AUGUSTO BOVINO



Prefeito Municipal

PROJETO DE LEI Nº 007/2021 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021.

SÚMULA: Institui Programa de Recuperação Fiscal de Rio Bonito do Iguaçu - REFIS 2021 e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, SUBMETE A APRECIÇÃO DO PODER LEGISLATIVO, O SEGUINTE PROJETO DE LEI:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal de Rio Bonito do Iguaçu para o exercício de 2021 - REFIS 2021.

Art. 2º O Programa de Recuperação Fiscal de Rio Bonito do Iguaçu – REFIS 2021 destina-se a promover a regularização de créditos municipais, relativos aos impostos, taxas e contribuições de melhoria, inscritos em dívida ativa e outros débitos de natureza não tributária vencidos, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não e de outros débitos de natureza não tributária desde que vinculados à uma indicação fiscal ou número fiscal, exceto aqueles resultantes de multas ambientais.

Parágrafo único - Tratando-se de crédito tributário inscrito em dívida ativa, já ajuizados, o pedido de adesão ao REFIS deverá, ainda ser instruído com o comprovante de pagamento das custas processuais e honorários advocatícios do exequendo, suspendendo-se a execução.

Art.3º A administração de REFIS 2021 será exercida pelo Órgão Responsável pela Dívida Ativa juntamente com a Secretaria Municipal de Finanças, a quem compete o gerenciamento e a implementação dos procedimentos necessários à execução do Programa, notadamente:

- I – expedir atos normativos necessários à execução do Programa;
- II – promover a interação das rotinas e procedimentos necessários à execução do REFIS 2021, especialmente no que se refere aos sistemas informatizados dos órgãos envolvidos;
- III – homologar as opções pelo REFIS 2021;
- IV – expedir o termo de confissão de dívida ao optante;
- V – realizar o efetivo controle do REFIS 2021;
- VI – excluir do Programa os optantes que descumprirem suas condições.

Art.4º O ingresso no REFIS 2021 dar-se-á por opção do contribuinte, que fará jus a regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos referidos no Art. 2º.

§ 1º O ingresso no REFIS 2021 implica inclusão da totalidade dos débitos referidos no Art. 2º, sendo estes subdivididos por categoria ou carteira de dívida ativa em nome do contribuinte, mediante confissão, salvo aqueles demandados judicialmente pelo contribuinte que, por sua opção, venham a permanecer nessa situação.

§ 2º O optante deterá as seguintes condições:

- I – pagamento a vista 90% (noventa por cento) de desconto sobre multa e juros;



II – parcelamento em 02 (duas) vezes com 70% (setenta por cento) de desconto sobre multa e juros;

III – parcelamento em 03 (três) vezes com 50% (cinquenta por cento) de desconto sobre multa e juros;

IV – parcelamento em 04 (quatro) vezes com 30% (trinta por cento) de desconto sobre multa e juros;

V – parcelamento em 05 (cinco) vezes com 20% (vinte por cento) de desconto sobre multa e juros;

§ 3º - A primeira parcela do REFIS 2021 deverá ser paga no ato de sua adesão através de documentos de arrecadação municipal nas agências credenciadas para o respectivo recebimento e as demais parcelas deverão ser pagas a cada 30 (trinta) dias.

§ 4º - O optante poderá parcelar o montante da dívida em até 5 (cinco) parcelas, não podendo as parcelas serem inferiores a R\$ 100,00 (cem reais) mensais.

§ 5º Fica vedada a restituição de importância já recolhida, em face do disposto nesta Lei.

Art.5º A opção pelo REFIS 2021 poderá ser formalizada até 60 (sessenta) dias após a publicação da presente Lei, mediante utilização do “Termo de Opção do REFIS 2021”, conforme modelo a ser elaborado e aprovado pelo Órgão Responsável pela Dívida Ativa.

§ 1º O Termo de Opção do REFIS 2021 será firmado no setor competente pela administração da carteira de dívida ativa.

§ 2º No documento confirmatório da opção constará número do termo, bem como nome do optante e sua respectiva assinatura, constituído, para os fins de direito, identificação ficando sua utilização sob plena e total responsabilidade da pessoa optante.

§ 3º Os débitos deverão ser confessados pelo contribuinte, de forma irrevogável e irrevogável, até o período previsto, nas condições estabelecidas nesta lei.

§ 4º A opção pelo REFIS 2021, independentemente de sua homologação, implica:

I – início imediato do pagamento dos débitos;

II – após a confirmação da opção nos termos estabelecidos pelo Órgão Responsável pela Dívida Ativa, Suspensão da exigibilidade dos débitos não ajuizados, ou, quando ajuizados, integralmente garantidos;

III – submissão integral às normas e condições estabelecidas para o Programa.

Art.6º Os débitos do contribuinte optante serão consolidados tomado por base a data da formalização da opção.

§ 1º A consolidação abrangerá todos os débitos existentes em nome do contribuinte, ou responsável, constituídos ou não, abrangendo dívidas tributárias e não tributárias, inclusive os acréscimos legais relativos a multa, juros e demais encargos, determinados nos termos da legislação vigente à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, inclusive a correção monetária à época prevista.



§ 2º Na hipótese de crédito com exigibilidade suspensa por força do disposto no inciso IV do art. 151 da Lei nº 5172, de 25 de outubro de 1996 (Código Tributário Nacional – CTN), a inclusão, no REFIS 2021, dos respectivos débitos implicará dispensa dos juros de mora incidentes até data de opção, condicionada ao encerramento do feito por desistência expressa e irrevogável da respectiva ação judicial e de qualquer outra, bem assim à renúncia do direito, sobre os mesmos débitos, sobre o qual se funda a ação.

Art.7º A opção pelo REFIS 2021 sujeita o contribuinte a:

I – confissão irrevogável e irretroatável da totalidade dos débitos incluídos no Programa;

II – aceitação plena e irretroatável de todas as condições estabelecidas para o ingresso e permanência no Programa;

III – pagamento regular das parcelas do débito consolidado.

Art.8º A homologação da opção pelo REFIS 2021 será efetivada pelo Setor de Dívida Ativa, produzindo efeitos a partir da data da formalização da opção.

Art.9º O contribuinte optante pelo REFIS 2021 será dele excluída nas seguintes hipóteses, mediante ato do Órgão responsável pela Dívida Ativa:

I - inobservância de qualquer das exigências estabelecidas no Programa;

II - inadimplemento, por três meses consecutivos ou seis alternados, o que primeiro ocorrer, relativamente a qualquer dos tributos e contribuições abrangidos pelo REFIS 2021.

III - constatação, caracterizada por lançamento de ofício, de débito correspondente a tributo abrangido pelo REFIS 2021 e não incluído na confissão, salvo se integralmente pago no prazo de trinta dias, contado da ciência do lançamento ou da decisão definitiva na esfera administrativa ou judicial;

IV - compensação ou utilização indevida de créditos;

V - decretação de falência, extinção, pela liquidação, ou cisão da pessoa jurídica;

VI - concessão de medida cautelar fiscal, nos termos da Lei nº 8397, de 06 de janeiro de 1992;

VII - prática de qualquer procedimento tendente a subtrair receita da optante, mediante simulação de ato;

VIII - decisão definitiva, na esfera judicial, total ou parcialmente desfavorável à pessoa jurídica.

Parágrafo Único. A exclusão do contribuinte do REFIS 2021 implicará exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago, restabelecendo-se em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

Art.10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio Bonito do Iguaçu-PR., em 11 de fevereiro de 2021.



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE RIO BONITO DO IGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL

Men.nº 007/2021-Proj.Lei nº 007/2021-Pag.5/4

SEZAR AUGUSTO BOVINO
Prefeito Municipal